



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Ed Alves/CB/D.A Press



Ed Alves/CB/D.A Press



Hora de assumir responsabilidades no sistema prisional

Denúncias de irregularidades no sistema prisional têm sido frequentes nas últimas gestões: desde a construção de presídios para atender a presos ilustres à corrupção de agentes penais e regalias. Não é de hoje que o setor está tomado por indicações políticas. Agora, surge a suspeita de irregularidades na locação de um imóvel para a sede da Secretaria de Administração Penitenciária sob o comando do deputado distrital Reginaldo Sardinha (Avante), que é policial penal. O delegado Wenderson Teles (foto) assume a Secretaria de Administração Penitenciária do DF com uma super responsabilidade. Depois da Operação Maré Alta, deflagrada ontem, os promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) vão acompanhar a gestão com lupa. Pelo trabalho na Delegacia de Combate à Corrupção, subordinada à Decor, Teles tem diálogo com promotores de Justiça, especialmente os da área de defesa do patrimônio público. Na nova função, Teles vai precisar trabalhar em sintonia com o Ministério Público do Distrito Federal e restabelecer o respeito da juíza Leila Cury, da Vara de Execuções Penais, pela pasta. Por isso, o delegado terá de montar uma boa equipe, sem vinculações políticas, como a que vai suceder. Teles tem experiência em inquéritos de combate à corrupção, na área de inteligência e em investigações complexas de roubos e furtos. Precisar deixar uma marca positiva.

Gestão de crise

O governador Ibaneis Rocha agiu rápido após a deflagração da Operação Maré Alta, na Secretaria de Administração Penitenciária. Exonerou o delegado aposentado Geraldo Nugoli e a subsecretária de administração-geral da pasta, Rosimeire Paiva. E criou uma comissão para apurar o caso, formada por um delegado, um auditor e um advogado. Receita conhecida em gestão de crises. Mas não ficou paralisado esperando o impacto negativo das suspeitas levantadas pelo Ministério Público do Distrito Federal.

Pescaria

A Operação Maré Alta foi batizada assim pelos promotores de Justiça do Gaeco numa ironia com o deputado Reginaldo Sardinha (Avante), alvo da investigação. É que na maré alta fica mais fácil pescar na praia. No caso, sardinhas.

Na subida política

A Operação Maré Alta atinge o empresário Paulo Octávio em um momento de ascensão política. Presidente regional do PSD, o ex-senador e ex-vice-governador se prepara para voltar às eleições, lançar um dos filhos na disputa à Câmara dos Deputados, abrir o palanque no DF para a campanha nacional do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e montar uma nominata para distrital.

Promessa de reajuste para a PCDF

Depois de uma reunião na Secretaria de Segurança Pública, os representantes de sindicatos da Polícia Civil saíram ontem com a promessa de que receberão um reajuste salarial em 2022. Falta definir os valores. Tema para uma nova reunião marcada para a próxima segunda-feira.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Bala perdida

Não convidem para a mesma mesa o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, e o deputado federal Laerte Bessa (PL-DF). O ex-diretor-geral da Polícia Civil do DF tem xingado Anderson. “Esse ministro da Justiça é delegado que nunca prendeu ninguém. Não sabe o que é auto de prisão e flagrante. Esqueceu que a Polícia Civil carrega a PF há anos”, disse Bessa à coluna.

Rede de proteção à mulher

O governo do DF criou uma rede para combater a violência de gênero. O grupo, que será coordenado pela Secretaria da Mulher, hoje, sob o comando de Ericka Filippelli, vai pensar ações conjuntas para proteger as mulheres do DF. Trata-se de uma iniciativa do Executivo, com a participação do Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público. O decreto do governador Ibaneis Rocha (MDB) foi publicado ontem no Diário Oficial do Distrito Federal. A secretária da Mulher reforça que a integração em rede beneficia as vítimas, que serão acolhidas por um protocolo único, evitando a peregrinação em busca por diversos serviços de acolhimento.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Antonio Cunha/CB/D.A Press



As voltas da política

Se der certo a aliança nacional entre o PT e o PSB — com Lula candidato a presidente e Geraldo Alckmin de vice — muita coisa pode mudar no DF. É possível que, apesar de todo o embate sobre as contas públicas, os ex-governadores Rodrigo Rollemberg e Agnelo Queiroz podem estar novamente no mesmo palanque.

Ana Rayssa/CB/D.A Press



“Um juiz não pode ser indicação política. Ele deve pensar apenas se algo é justo ou não. Sou o autor da PEC 52/2015, que acaba com as indicações para ministros do STF, do STJ, do TCU e de conselheiros dos TCs dos estados e do DF, instituindo concurso público. Ela acaba também com a vitaliciedade, instituindo mandatos de cinco anos”

Senador José Antonio Reguffe (Podemos-DF)

“Esse processo que me levou à prisão gerou 4 milhões e 400.000 desempregos no Brasil. Esse processo que me levou à prisão efetivamente gerou um prejuízo de investimentos de 272 bilhões de reais e fez com que os estados deixassem de arrecadar 58 bilhões de reais. Tudo isso já está provado e denunciado”

Ex-presidente Lula

“Isso é mentira, e vocês sabem disso. O que prejudicou a Petrobras e o país foi a roubalheira durante o governo do PT. Diretores que foram nomeados pelo ex-presidente Lula estavam lá roubando dia após dia a empresa, arrecadando dinheiro para eles e para políticos enriquecerem ilícitamente, também para financiar partidos políticos”

Ex-juiz da Lava Jato Sergio Moro



Julien de Rosa/AFP



Saulo Rolim/Podemos

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

URBANISMO / Projeto tem como objetivo efetivar a cobrança pela ocupação das áreas públicas na Asa Sul pelo comércio

Novas regras para puxadinhos

» RENATA NAGASHIMA

Comerciantes da Asa Sul têm brigado com a burocracia para ampliar bares, lojas e restaurantes há décadas e, nesta semana, novas regras para disciplinar as ocupações de áreas públicas na Asa Sul, chamadas de “puxadinhos”, foram aprovadas pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). O texto, agora, precisa ser sancionado pelo governador Ibaneis Rocha (MDB).

O projeto visa substituir uma lei complementar referente aos puxadinhos, a fim de desburocratizar a aprovação de projetos e efetivar

a cobrança pela ocupação desses espaços. A proposição traz três tipos básicos de avanços sobre áreas públicas permitidos: no fundo das lojas, entre os blocos e nos imóveis das extremidades das quadras.

A norma, elaborada pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), atualiza a legislação para disciplinar os procedimentos de aprovação de projetos para a ocupação de 2.134 imóveis nas quadras de Comércio Local Sul do Plano Piloto. “A revisão da Lei dos Puxadinhos é um passo muito importante para tornar possível a regulamentação das ocupações, diante dos diversos problemas da legislação

atual identificados”, afirma o secretário da pasta, Mateus Oliveira.

Com a aprovação do projeto pelos distritais, dentre as principais alterações nos puxadinhos estão a cobrança pelo uso da área utilizada. A atual legislação exige que a cobrança seja paga pela metragem da área construída. Mas, pelo novo projeto, o comerciante vai pagar pela área em superfície. O valor do preço público poderá ser parcelado, conforme a regulamentação. Atualmente, alguns empresários pagam um montante mais alto que o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de toda a loja, e a nova fórmula deverá ajustar a cifra devida.

O remanejamento das redes de infraestrutura, como de energia elétrica, a partir da mudança, deverá ser feito com base em critérios estabelecidos pelo poder público; e a ocupação dos fundos voltada à superquadra e entre blocos poderá ser concedida a outras unidades imobiliárias mediante anuência entre os proprietários.

Apesar do otimismo do governo, empresários acreditam que as mudanças não são tão favoráveis aos comerciantes. Para João Gabriel Amaral, 28 anos, proprietário de um café na 207 Sul, o ideal seria que não houvesse cobrança pela área utilizada. “Tudo bem, estamos em uma área pública, mas a

Renata Nagashima/CB/D.A Press



Empresário, João Gabriel avalia que a proposta não é o ideal

gente cuida. Poderia ter um acordo, uma via de regra. Precisa de manutenção? A gente faz. Conservamos a área, já cuidamos e ainda temos que pagar por ela”, aponta.

Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de Brasília (UnB), Frederico Flósculo afirma que é minoria os empresários que cuidam das áreas que utilizam. O especialista defende uma espécie de condomínio, para que haja acordo entre as administrações das superquadras e os comerciantes.

Principais alterações

Ocupação no fundo das lojas e ocupação entre blocos apenas com mobiliário removível

» Antes: só podem ser concedidas unidades imobiliárias contíguas à respectiva área pública

» Com as mudanças: as áreas públicas poderão ser concedidas a outras unidades imobiliárias mediante anuência (temporária) entre proprietários.

Ocupação da área pública contígua ao comércio

» Antes: a concessão não é onerosa.

» Com as mudanças: a ocupação pode ser por concessão de uso onerosa.

Restaurantes de Unidade de Vizinhança (RUVs)

» Antes: a legislação vigente não regulamenta a altura máxima das coberturas.

» Com as mudanças: altura máxima de 3,5 metros.

Estrutura original dos blocos comerciais

» Antes: tratamento uniforme com pintura branca e platibanda contínua, porém, não é condicionante para a concessão.

» Com as mudanças: tratamento uniforme com pintura branca e platibanda contínua com 55 cm de altura, condicionante para a concessão.

Remanejamento de redes de infraestrutura

» Antes: os proprietários arcavam com ônus financeiro.

» Com as mudanças: cobrança de preço público específico.

Preço público da concessão

» Antes: cálculo com base na área construída.

» Com as mudanças: o preço vai ser calculado com base na metragem da área pública em superfície.

“O governo poderia incentivar a união entre a quadra e o comércio, premiar quem se comporta bem e não dá mais espaço para

quem paga mais. Isso pode gerar um ambiente urbano favelizado. Ganhar dinheiro com o caos não funciona”, argumenta.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 23/2021 – SRP – MC Sistema de Registro de Preços

Nº Processo 71000.018655/2021-15. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para aquisição de veículos de passeio com vistas ao transporte de equipe de profissionais que executam as ações concernentes às missões institucionais da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS nos Municípios, Estados e no Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Entrega das propostas: a partir de 16/12/2021, no site www.gov.br/compras. Abertura das propostas: 29/12/2021, às 10h00min. Esclarecimentos: licitacao@cidadania.gov.br

Carlos André Martins Santos Pregoeiro